






# A formação docente em educação física nos anos iniciais da década de 1970

Teacher training in physical education in the early years of the 1970s

La formación docente en educación física en los primeros años de los años 70

Vicente Molina Neto<sup>a\*</sup> , Vera Regina Oliveira Diehl<sup>b</sup> , Lisandra Oliveira e Silva<sup>c</sup> ,  
Gabriela Nobre Bins<sup>b</sup> , Elisandro Shultz Wittizorecki<sup>c</sup> 

## Palavras chave:

Memória da  
Educação Física;  
Estudo de caso;  
Formação inicial;  
Graduação.

## Keywords:

Physical Education  
memory;  
Case study;  
Initial formation;  
Under graduation.

## Palabras clave:

Memoria de  
Educación Física;  
Estudio de caso;  
Formación inicial;  
Graduación.

## RESUMO

Os objetivos desse artigo são identificar e compreender um momento histórico da Educação Física brasileira em que vigora um modo de ser, agir e pensar a formação inicial dos professores e professoras dessa disciplina. Construimos a informação, recorrendo a análise de documentos da época constantes do acervo do CEME/UFRGS, de Resoluções do CNE e do acervo de um dos autores. O artigo configura-se como um estudo de caso. O processo analítico aponta para que desde os anos iniciais da década de 1970 (1969-1975), conforme normativas atuais houve avanços na formação do professorado de Educação Física, na teoria e prática do treinamento esportivo e na Educação Física escolar que ganhou desde lá relevância no debate acadêmico da área.

## ABSTRACT

The objectives of this article are to identify and understand a historical moment in Brazilian Physical Education in which a way of being, acting and thinking prevails in the initial training of teachers in this discipline. We constructed the information, using the analysis of documents from the time contained in the CEME/UFRGS collection, CNE Resolutions and the collection of one of the authors. The article is configured as a case study. The analytical process points out that since the early years of the 1970s (1969-1975), according to current regulations, there have been advances in the training of Physical Education teachers, in the theory and practice of sports training and in school Physical Education, which has gained since then. relevance in the academic debate in the area.

## RESUMEN

Los objetivos de este artículo son identificar y comprender un momento histórico de la Educación Física brasileña en el que una forma de ser, actuar y pensar prevalece en la formación inicial de los profesores en esta disciplina. La información se construyó a partir del análisis de documentos de la época contenidos en el acervo CEME/UFRGS, Resoluciones del CNE y el acervo de uno de los autores. El artículo se configura como un estudio de caso. El proceso analítico señala que desde los primeros años de la década de 1970 (1969-1975), según la normativa vigente, se han producido avances en la formación del profesorado de Educación Física, en la teoría y práctica del entrenamiento deportivo y en la Educación Física escolar, que ha ganado relevancia desde entonces en el debate académico del área.

<sup>a</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Grupo de Estudos Formação de Professores e Prática Pedagógica em Educação Física e Ciências do Esporte. Porto Alegre, RS, Brasil

<sup>b</sup>Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, Grupo de Estudos Formação de Professores e Prática Pedagógica em Educação Física e Ciências do Esporte. Porto Alegre, RS, Brasil

<sup>c</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Grupo de Estudos Formação de Professores e Prática Pedagógica em Educação Física e Ciências do Esporte. Porto Alegre, RS, Brasil

## \*Autor correspondente

Vicente Molina Neto  
E-mail: molinaneto@yahoo.com.br

Recebido em 22 de maio de 2024; aceito em 01 de julho de 2024.

DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.45.e20240037>



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

## INTRODUÇÃO: RESOLUÇÕES E MEMÓRIA

Os objetivos deste artigo são identificar e compreender um momento histórico da Educação Física brasileira em que vigora um modo de ser, agir e pensar a formação inicial dos professores e professoras dessa disciplina. Trata-se de uma demarcação temporal, quando o ensino universitário e a aprendizagem dos estudantes nessa disciplina ganham materialidade e visibilidade, por meio da forte e poucas vezes questionada presença do esporte de alto rendimento na formação inicial do professorado de Educação Física nos anos iniciais da década de 1970 (1969-1975). Para tal fim, construímos a informação, recorrendo à análise de documentos da época constantes do acervo do Centro de Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEME/UFRGS), de Resoluções do Conselho Nacional de Educação e do acervo pessoal de um dos autores. Dessa forma, configura-se metodologicamente como um estudo de caso específico (Yin, 2001; Molina, 2004; Stake, 1994).

Consideramos como ponto de partida do processo analítico a Resolução nº 06, de 18 de dezembro de 2018 (06/2018) do Conselho Nacional de Educação, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências). Esta é a mais recente normativa legal que temos para controlar e parametrizar a formação e o ensino universitário (graduação) em Educação Física em todo o país. Pretende a mencionada Resolução, como outras que a precederam, articular, organizar e controlar a formação inicial em Educação Física em duas modalidades de formação, a Licenciatura e o Bacharelado - acontecimento induzido pelo escopo da Resolução 03/87 do extinto Conselho Federal de Educação, que antecedeu ao atual Conselho Nacional de Educação – CNE). Posto desse modo, a Resolução nº 06/2018 estabelece à formação inicial do licenciado ou bacharel em oito semestres e 3200 horas, sendo uma etapa comum de 1600 horas e uma etapa específica de 1600 horas para cada uma das modalidades de formação, ou seja, quatro semestres acadêmicos de formação geral (com conhecimento comum as duas modalidades) e quatro semestres de formação específica para licenciatura ou bacharelado, conforme a opção explicitada pelo estudante, uma formação inicial modelo quatro por quatro.

É preciso dizer que essa normativa (06/2018), como suas antecessoras, tem gerado polêmica e enfrenta duras críticas, tanto por parte da comunidade científica, quanto por parte do professorado que trabalha nas instituições de formação inicial de graduados em Educação Física

(Licenciatura e Bacharelado)<sup>1</sup>. Uns defendem a formação inicial unificada em torno da licenciatura ampliada e outros a formação em dois cursos de graduação com especificidades bem definidas e diferenciadas. Entretanto, nossas frequentes observações e conversas com o professorado das escolas de Educação Básica e de outros ambientes educativos nos dizem que há pouco interesse desse coletivo nessa discussão; o que eles e elas desejam é completar a formação universitária sem demora e, ao mesmo tempo, trabalhar recebendo remuneração adequada pelo seu trabalho.

Tal como a formação docente em Educação Física se configura no tempo presente, estamos diante de um problema que vai além das questões dilemáticas, uma vez que desde a resolução do CFE 69/1969 (Brasil, 1969a) - formação de licenciados e técnicos esportivos - já se vão mais de meio século de judicialização, debates acadêmicos e reflexões sobre a adequação ou impropriedade desse modelo de formação dualista que temos na formação inicial em Educação Física. “De um lado, a tendência conservadora de formação dividida em dois cursos e, de outro, a proposta revolucionária de formação unificada, em um curso de graduação - licenciatura plena de caráter ampliado” (Taffarel, 2012, p. 95-96). Independente do caráter “conservador” ou progressista e “revolucionário”, nesse modelo de formação, o egresso da licenciatura nessa disciplina poderia trabalhar em todos os ambientes onde se requer a presença da Educação Física, fazendo de seu trabalho um libelo que os coloca a salvo e com alguma segurança das imposições perversas do segmentado mercado profissional capitalista.

Ainda assim, nos dias atuais, são milhares de trabalhadores formados nesse modelo dual de formação. Cabe ressaltar que na proposta da Resolução CFE 69/69 (Brasil, 1969a), tínhamos um currículo mínimo, fechado em determinados conhecimentos de modo específico, até a publicação da Resolução CFE 03/87 (Brasil, 1987). Nessa resolução, o legislador, propondo a organização do currículo de formação inicial em Educação Física por áreas de conhecimento como Conhecimento do Ser Humano, da Sociedade, Filosófico e Técnico, tentou atribuir aos cursos de Licenciatura e Bacharelado certa identidade por meio de um percurso formativo e a partir

<sup>1</sup> O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), aprova em sua Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de julho de 2023 na 75ª Reunião Anual Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) o documento intitulado: “Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física: em defesa pela formação unificada no Brasil”, elaborado por um Grupo de Trabalho (GT) especialmente organizado para analisar a Resolução 06/2018 e seus desdobramentos, a conjuntura que induz sua aprovação e os efeitos na formação de graduados em Educação Física. Trata-se de uma análise crítica bem fundamentada e profunda sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de graduados em Educação Física.

de conhecimentos gerais e identificadores, dando-lhes a especificidade epistêmica e pedagógica desejada (Benites e Souza, 2003).

Dessa forma, foi se consolidando o dualismo que separou definitivamente esse coletivo docente e acelerou a fragmentação do conhecimento produzido e ensinado na área de conhecimento, conteúdo ensinado e aprendido na formação inicial em Educação Física. Desde então, um duro jogo de forças tem mantido a disputa entre a formação unificada e a formação integrada, considerando que: “A Licenciatura tem uma especificidade própria” (Benites e Souza, 2003, p. 52). Perspectiva reiterada mais tarde quando sublinham a dificuldade de pensar em uma formação de professores desvinculada da escola, o que daria à Licenciatura características próprias e, portanto, a necessidade de pensar a formação desse trabalhador separado de outra terminalidade profissional na área de conhecimento, por exemplo, aqueles que trabalham em instituições que se dedicam especificamente ao ensino dos esportes para crianças e adolescentes, academias de fitness e instituições congêneres (Benites et al., 2008).

Estamos diante de um dualismo de difícil superação. As razões são muitas, contudo, destacamos entre elas as questões relativas à filiação e à fundamentação teórica, a tradição normativa oficial brasileira, quando se trata de definir diretrizes curriculares para todo o território nacional, e, ainda, porque esta formação dualista aninha-se na hiperespecialização, individualização, empreendedorismo de si, na sociedade patrimonialista demarcada pelo modo de produção hegemônico no mundo ocidental. E aqui não vamos entrar no mérito se o Estado normativo se apropria do real ou se ele estabelece normativas curriculares sem ouvir protagonistas e sujeitos da formação. O fato é que, desde então, de tempos em tempos, novas resoluções, dado a volúpia normativa do legislador e dos gestores educacionais, chegam até o campo da experiência e da prática pedagógica, na tentativa de minimizar e compensar os efeitos da intermitente inadequação formativa.

É importante sublinhar também que entre essas críticas, estão a fragmentação do campo de conhecimento, a desvalorização da licenciatura, a redução da formação teórica e científica no âmbito das ciências humanas e a subtração de conhecimentos necessários ao trabalho docente (CBCE, 2023), considerando que a docência e o ensino, nos diferentes ambientes onde a Educação Física acontece e ganha visibilidade, constituem a centralidade do trabalho do graduado em Educação Física (argumento com o qual temos acordo e convergência). Essas críticas justificam in verbis uma formação pedagógica consistente, profunda e bem constituída sobre os fundamentos da unidualidade teoria-prática (Morin, 1994) da Educação Física e das Ciências do Movimento Humano.

O acordão momentâneo possível parece ser, considerando os contextos sócio geográficos regionais e institucionais em que se concretiza o trabalho docente em Educação Física, os “incontáveis” estudantes nos

atuais “bancos universitários” dos diferentes institutos de formação inicial em Educação Física e aqueles que chegarão às licenciaturas e aos bacharelados, encaminhar a formação de graduados tal como está escrito no artigo 30 da Resolução 06/2018, isto é, contemplar esses graduandos com a possibilidade de dupla formação integrada, ideia que afirmamos, de 2008 a 2012, quando participamos politicamente em uma reforma curricular dos cursos de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nessa reforma, nossa opção prioritária era a licenciatura, isto é, todos os estudantes na graduação em Educação Física ingressavam na universidade para cursar a licenciatura, e após 75% do curso concluído, requeriam, caso fosse de seu interesse pessoal de cada um, o ingresso na modalidade bacharelado. Sua aprovação foi antecedida por debates e resistências institucionais e de segmentos de estudantes e do professorado. Havia outras inovações curriculares, que nesse momento são irrelevantes para o escopo do texto.

Contudo, nem sempre foi assim<sup>2</sup>. Houve um tempo em que o bacharelado em Educação Física não existia, e mesmo que o controle sobre o currículo já assumisse características biologicistas e técnico-esportivas, nos anos iniciais da década de 1970, desenvolvia-se o currículo de formação inicial em Educação Física sob a égide da Resolução 69/69, que estabelecia o currículo mínimo de 3 (três) anos (1800 horas) e a duração do curso de no máximo em 5 (cinco) anos para a formação dos licenciados. Era o tempo, como se diz, da “Licenciatura Plena”. Para completar o curso de formação de Licenciados em Educação Física da UFRGS, nos anos iniciais da década de 1970, os estudantes precisavam completar um currículo de 2280 horas (Anexo 1). Do mesmo modo, as atividades de extensão universitária, pesquisa e trabalho não estavam curricularizadas como estão hoje. Nos currículos de graduação em Educação Física em vigência, na tentativa de aproximar a formação inicial do trabalho docente, há um percentual de horas-atividade e projetos de extensão que fazem parte das obrigatoriedades dos currículos de licenciatura e bacharelado em Educação Física. Nos anos iniciais da década de 1970, havia, igualmente, uma licenciatura curta destinada à aceleração da formação de Educação Física para o que hoje denominamos Ensino Fundamental<sup>3</sup>.

Atualmente [1973], são exigidas mil e oitocentas (1.800) horas aulas, no currículo mínimo para licenciatura plena. Apesar da ESEF/UFRGS ter mais de duas mil (2.000)

<sup>2</sup> Grifo nosso.

<sup>3</sup> A modalidade de curso de licenciatura curta duração em Educação Física de 1 ano intensivo, estimulados pelo governo federal para atender a demanda de professores e professoras para o 1º grau (ensino fundamental). Estavam previstos na Lei 5.692, de 1971 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), e foram extintos pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 1996) (Brasil, 1971a, 1996).

horas-aula, é preciso considerar também que mais de quatrocentas são dadas no primeiro ciclo (ciclo básico), que não contém nenhuma matéria exigida no currículo mínimo. Além disso, se considerarmos que a frequência mínima na Universidade é de 60% e no Curso de Curta Licenciatura do PREMEN é de 90%, podemos concluir que esse curso não é tão fácil como alguns podem pensar”. Professor Jacinto F. Targa – Presidente da Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos (AEEFD) e Diretor da Escola Superior de Educação Física (ESEF) da UFRGS (Boletim da AEEFD, de 15 de junho de 1973. Acervo do CEME/UFRGS, 2023) (AEEFD, 1973).

Aos olhos de hoje, considerando o volume de conhecimento acumulado, disponível e necessário à área de conhecimento Educação Física, a fim de enfrentar as demandas sociais por formação inicial, o currículo mínimo da licenciatura plena e o curso de curta licenciatura eram formações criticamente insuficientes para as demandas pedagógicas da escola, avaliação que contrasta com o dito pelo Diretor da ESEF na sua época. O contraste do contexto das críticas atuais e críticas do passado é que naqueles anos (anos de chumbo), não era possível falar sem que os autores dos atos de fala fossem considerados inimigos internos do regime político vigente (uma ditadura civil-militar com apoio de grande parte dos órgãos da grande imprensa tradicional), ou desconsiderados pelas direções dos institutos de formação por serem repulsivos, e, portanto, alvo de censura e repressão. Por outro lado, quando essas críticas saíam a público, não tinham a repercussão que têm agora em razão das novas tecnologias da informação e comunicação, redes sociais e outros meios de publicizar a informação e a própria realidade. As ditaduras são diferentes dos regimes democráticos, onde o direito do sujeito de dizer sua palavra, ou mesmo, de pronunciar afirmações impensadas e bravatas, é garantido constitucionalmente.

Assim, nos primeiros anos da década de 1970, a formação inicial do professorado de Educação Física era realizada por médicos, militares e expoentes com largo conhecimento esportivo, mas com formação pedagógica insuficiente em Educação Física. Muitos destes, em décadas posteriores aos anos 70 do século XX, foram os primeiros a chegar e se localizar na pós-graduação *Stricto-Sensu* da área de conhecimento Educação Física, em razão de estudos de doutorado fora do país. Dessa conjugação, podemos supor o caráter conservador dessa área de conhecimento e a pouca permeabilidade a mudanças da matriz ideológica hegemônica de ver o que é Educação Física (lembrando Vitor Marinho de Oliveira) e do seu modo de produzir conhecimento. Na década de 70, o positivismo era dominante na produção de conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais, embora a abertura política que se realizou no país tenha permitido uma discussão mais ampla das tendências de pensamento nas pesquisas educacionais (Triviños, 1987) que em muito influenciaram a Educação Física nas décadas subsequentes.

## OS ANOS INICIAIS DA DÉCADA DE 1970

Em trinta e um de maio de 1970, iniciava-se a Copa do Mundo no México<sup>4</sup>, que seria vencida pelo Brasil, fato que consolidaria culturalmente a visão do “país do futebol” (Rodrigues, 1994). Nesse e nos dias seguintes, a sociedade brasileira viveu os efeitos, entre outros, do Ato Institucional nº 5 - AI5 (Brasil, 1968), editado pela ditadura militar instalada desde 1964, que, entre outras ações, promoveu a tortura no território brasileiro<sup>5</sup>.

Na Educação Física nacional, havia, concomitantemente à excitação pelo Tricampeonato da Copa do Mundo de Futebol, o Decreto 69.450 de 1º de novembro de 1971 (Brasil, 1971b), que definia e regulava o ensino da Educação Física nas diferentes etapas de ensino. Os conhecimentos de maior prestígio e seu reconhecimento social procediam da teoria e prática do treinamento esportivo (educação infantil e séries iniciais – jogos e atividades físicas globalizadas; séries finais – ginásticas e iniciação esportiva; ensino médio – treinamento e especialização esportiva). Era a época do ‘Esporte na Escola’. Também foi um momento em que a alta performance esportiva, o esporte de alto rendimento, constituiu-se como padrão e referência para as demais manifestações esportivas e para as aulas de Educação Física nas diferentes etapas e modalidades educacionais, conforme o 1º Plano Nacional de Educação Física e Desportos (Brasil, 1975), com exceções pontuais, como o chamado ‘Esporte para Todos’, que começava a se constituir, também nos anos iniciais da década de 1970, como popularização das opções de lazer da população.

Essas referências e fundamentos seriam questionados, política e epistemologicamente, a fundo nos anos finais da década de 1970 e, com muita força, na década seguinte (1980 em diante), por meio da psicomotricidade, que tinha grande interesse na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, por um movimento renovador da Educação Física de caráter crítico-transformador, que atravessou e influenciou a teoria e prática pedagógica da Educação Física em todas as regiões do país. Além disso, cursos de mestrado em Educação Física e Esporte começavam a ser formulados por coletivos docentes no final dessa década (USP/BR<sup>6</sup>).

A crítica – com a qual concordamos - desse movimento renovador centrava-se, sobretudo, na

<sup>4</sup> A Copa do Mundo de 1970, no México, foi a primeira a ser transmitida pela TV, ao vivo, via satélite (Embratel), a cores, para praticamente todo o Brasil: mais de 50 milhões de brasileiros puderam acompanhar as partidas, embora a maioria dos telespectadores usassem a TV em preto e branco.

<sup>5</sup> Como mostrou o filme brasileiro, dirigido por Roberto Farias “Prá frente, Brasil”, em 1983. A obra mostra que enquanto a seleção brasileira de futebol masculino joga a copa do mundo de futebol de 1970, o Estado, por meio dos órgãos de repressão política e social, tortura um cidadão brasileiro.

<sup>6</sup> Universidade de São Paulo.

reprodução do esporte de alto rendimento na escola e, conseqüentemente, na reprodução econômica e social. Desde então, a crítica se generalizava a todas as técnicas e práticas corporais da época. Do ponto de vista da produção de conhecimento na área de Educação Física, o treinamento esportivo e a aprendizagem-desenvolvimento motor foram vetores que deram indícios de cientificidade na Educação Física Brasileira, pretensão de cientificidade que ainda perdura e é defendida por parte significativa da comunidade científica nos dias de hoje.

## O CURRÍCULO NOS ANOS INICIAIS DA DÉCADA DE 1970

O currículo do curso de licenciatura em Educação Física, nos anos iniciais da década de 1970, se desenvolvia em disciplinas bem específicas em sua maioria e em um total de 2280 horas/aula, em 3 anos (Anexo 1). Os conteúdos eram distribuídos conforme o quadro abaixo, havendo variações em diferentes regiões e estados do Brasil<sup>7</sup>. O importante era que o rol de disciplinas contemplasse um “currículo mínimo”, cujos conteúdos habilitassem o egresso dos cursos de Educação Física a ensinar nas diferentes etapas, ambientes e modalidades de ensino, preferencialmente em escolas e associações socioesportivas, na época, o principal destino desses trabalhadores egressos da Universidade. Observe a existência da disciplina “Estudos de Problemas Brasileiros”, marca indelével da interferência do governo militar à época.

Essa formulação curricular, com um retoque ou outro, esteve em vigência até 1986, quando, por força da Resolução 03/87, ampliou-se a grade curricular para um mínimo de 4 anos (8 períodos). A partir dessa resolução, os conteúdos e as inovações curriculares foram redistribuídos de modo significativo, uma vez que ela autorizava o funcionamento dos cursos de bacharelado em Educação Física, fragmentando definitivamente o conhecimento a ser tratado nessa área e a formação de professores.

O modo de ensinar e aprender centrava-se em alcançar, com grande ênfase, objetivos procedimentais. O conteúdo das disciplinas estava focado em técnicas esportivas, repertórios de exercícios, jogos e brincadeiras. Raras eram as discussões sobre os porquês da Educação Física. O bom estudante, bem avaliado e reconhecido, era o tecnicamente bom executante, aquele que sabia o quê e o como fazer nas aulas. Isso, somado ao ‘domínio de classe’<sup>8</sup>, completaria o bom professor ou boa professora.

Em outras palavras, desenvolvia-se um ensino de caráter instrumental, uma vez que o porquê fazer centrava-se, sobretudo, em aspectos higienistas gerais dessa prática, com uma limitada alusão à saúde da população.

Nos anos iniciais da década de 1970, os livros escritos e editados por professores-pesquisadores e professoras-pesquisadoras da área de Educação Física não eram abundantes no Brasil e os lançamentos editoriais não tinham a frequência que têm hoje. Além disso, as expressões “professor-pesquisador” e “professora-pesquisadora” não existiam no léxico da área, e os formadores do professorado de Educação Física tinham que produzir materiais didáticos próprios para ensinar. Aliado a isso, não havia laboratórios de pesquisa nos Institutos e escolas de formação em Educação Física, rara pesquisa (Costa 1971), e para as agências de fomento à pesquisa, os livros não tinham a importância dos dias atuais, principalmente quando relacionados à avaliação dos professores-pesquisadores e professoras-pesquisadoras nacionais, que atuavam na pós-graduação stricto sensu.

Segundo Manoel (2020, p. 5), o livro é um meio de reflexão crítica lenta, mas persistente, que, no tempo presente, passa a ser avaliado na dinâmica do produtivismo científico, perdendo, dessa forma, sua capacidade de contribuir para o conhecimento humano e acadêmico. “Produtividade no mundo universitário facilmente se transmuta em produtivismo [nos dias de hoje], que por definição é a produção intelectual desenfreada sem a devida reflexão sobre sua contribuição para conhecimento acadêmico e humano”.

De 1972 a 1974, consolidaram-se os três primeiros laboratórios de pesquisa do exercício físico no país, junto às Escolas de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade de São Paulo (Laboratório de Fisiologia do Exercício - LABOFISE no Rio de Janeiro, Laboratório de Pesquisa do Exercício - LAPEX em Porto Alegre - RS e o laboratório da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo – SP) (Rocha et al., 2005). Dando início em 1973 às pesquisas em fisiologia do exercício, sobre os efeitos do esforço físico no coração e o consumo de oxigênio durante a atividade física, com uma equipe treinada pelo LABOFISE e com uma pretensão de cientificidade bem definida se consolidou, entre outras ações e elementos, a pesquisa na Educação Física na UFRGS, especificamente no LAPEX, da denominada à época Escola Superior de Educação Física.

Essa não foi a única trajetória da cientificidade na então Escola Superior de Educação Física da UFRGS. Esta trajetória iniciou na ação de parte do professorado dessa instituição para implantar a disciplina Treinamento Desportivo no currículo de formação inicial (Licenciatura em Educação Física), em 1974, e por meio de um livro editado e direcionado para as aulas do curso de licenciatura em Educação Física UFRGS, intitulado: “Treinamento Desportivo (resumo das aulas)”. Hoje, um objeto importante na memória da formação inicial em Educação Física.

<sup>7</sup> O currículo que finalizou os anos 1960 totalizava uma carga horária mínima de 1800 h/a e de acordo com a Resolução nº 9 de 10 de outubro de 1969, 1/8 do total de h/a do curso eram destinados a formação pedagógica do licenciado (Brasil, 1969b).

<sup>8</sup> Um estilo de prática docente sustentado no exercício de sua autoridade moral, técnica e pedagógica que se manifesta na liderança docente, domínio do quê e como ensinar, e no reconhecimento positivo dos discentes e das discentes, das ações em classe propostas pelos professores e professoras.

Não há evidências sólidas se foram movimentos político-epistemológicos complementares ou antagônicos entre si, mas a construção da disciplina “Treinamento Desportivo” e a instauração do LAPEX (Laboratório de Pesquisa do Exercício) contribuíram para o início da produção de conhecimento científico relacionado à performance esportiva e um modo de produção, hoje hegemônico na instituição. Na UFRGS, a cientificidade em Educação Física seguiu dois caminhos, que logo se complementaram e retroalimentaram-se em uma subárea de conhecimento: Biodinâmica. Hoje, a área de Educação Física abriga, além das pesquisas na subárea biodinâmica, também pesquisas nas subáreas pedagógica e sociocultural, sendo estas últimas significativamente em menor número.

## OS LIVROS NOS ANOS INICIAIS DA DÉCADA DE 1970

Como destacado por [Molina et al. \(2023\)](#), havia poucos livros editados em português nas estantes das bibliotecas das poucas Instituições de Ensino Superior e Escolas dedicadas à formação de professores e professoras de Educação Física existentes no país na década de 1970. Nesse idioma, nos periódicos científicos especializados, rara era a produção de artigos científicos de autoria de professores e professoras de Educação Física, e as associações científicas reunindo pesquisadores e pesquisadoras eram incipientes. Os incentivos à produção de artigos e livros vinham da organização e das avaliações do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) na sequência da Reforma Universitária de 1968 e da reestruturação da carreira em 1986, quando a produção científica (publicações) seria considerada para o ingresso e promoção na docência do ensino universitário. Posteriormente, as publicações se constituíram como critério decisivo na avaliação dos Programas de Pós-Graduação no país, mas é importante registrar que os livros recentemente tiveram uma avaliação mais equânime no conjunto das produções desses programas.

Os conhecimentos e conteúdos curriculares dos cursos de formação de professores e professoras de Educação Física (veja o Quadro 1), além da voz dos formadores e formadoras, eram compartilhados com os estudantes mais interessados em aprofundá-los por meio de livros estrangeiros (a maioria no idioma espanhol), como o livro de Jorge [Hegedus \(1972\)](#), editado pela Editorial Stadium, através das revistas Stadium (da mesma editora) e a Revista de Educação Física, editada pelo exército brasileiro desde 1932, e também as raras traduções de livros em outros idiomas, como os livros do norte-americano [Kenneth Cooper \(1972\)](#), idealizador do teste de corrida em 12 minutos.

Estimulados pelo contexto de afirmação e reconhecimento, os conhecimentos sobre o treinamento esportivo (majoritariamente de caráter biológico e técnico-instrumental) foram sistematizados na Escola de Educação

**Quadro 1.** Conteúdos Curriculares Curso de Licenciatura em Educação Física 1971 a 1986.

Ginásticas	450 h/a	20%
Esportes	750 h/a	33%
Biológico	360 h/a	16%
Pedagógico	450 h/a	20%
Metodologia da Pesquisa	60 h/a	3%
Estudos de Problemas Brasileiros	90 h/a	4%
Língua portuguesa	45 h/a	2%
Pensamento Matemático	75 h/a	3%
Total	2280 h/a	100%

**Fonte:** Acervo pessoal de um dos autores(as).

Física (ESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), iniciada em 1940, em uma disciplina de dois créditos denominada “Treinamento Desportivo”, ministrada pelo professor da instituição Bugre Ubirajara Marimon de Lucena, que acumulava responsabilidades, ministrando a disciplina de ‘Judô Fundamentos’. É importante dizer que o treinamento esportivo era a face identitária da Educação Física brasileira na década à qual estamos nos referindo, e o livro ao qual destacamos era dirigido aos alunos da graduação em Educação Física, a fim de orientar, como consulta rápida, todos interessados nos aspectos do treinamento esportivo, científicos e metodológicos. “É um livro para consulta rápida; caso desejar aprofundamento no assunto, o aluno deverá estudar as grandes obras sobre treinamento.” ([Lucena, 1974](#), p. 3). O autor desejava que o livro fosse útil e instrumental aos futuros professores e professoras. Sobressai no escrito um forte compromisso com a formação do professorado, e o conhecimento sobre o Treinamento Desportivo era fundamental para essa formação.

Conforme uma inscrição encontrada em um dos exemplares ainda existentes desse livro, o “conceito moderno de treinamento” ensinado nas aulas era: “Conjunto de processos com a finalidade de desenvolver harmoniosa e progressivamente as qualidades físicas, técnicas e psicológicas de um atleta ou plantel, de maneira que este atleta ou plantel atinja o seu apogeu na época certa da performance”.

Pela conjugação do conceito de treinamento moderno e do conteúdo do livro, é viável pensar que eles representavam como era entendida a Educação Física da época, sustentada em parâmetros da aptidão física e no comportamentalismo (behaviorismo Skinneriano). Em outras palavras, representavam uma teoria de aprendizagem sustentada sobre uma tecnologia educacional que via as atitudes dos humanos como resultado de estímulos e reforços externos ([Sacristán e Perez Gómez, 2000](#)). A noção de processo de treinamento nele incluída materializava um conjunto de estímulos, reforçando as respostas dadas e controlando a aprendizagem independente do estudante ou grupo a ser ensinado ou treinado, e a pretensão de garantia e antecipação de resultados alcançados. O conteúdo do livro também mostrava como fazer, como treinar um grupo ou

sujeito para o desempenho esportivo. Em síntese, havia uma forte presença do esporte na formação de professores e professoras de Educação Física da época em que foi editado.

## CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Desde então, desde os anos iniciais da década de 1970, houve avanços importantes na formação do professorado de Educação Física, na teoria e prática do treinamento esportivo e, conseqüentemente, na produção de conhecimento acumulado na área de Educação Física, incorporando e aumentando o cuidado com a saúde do sujeito, sua individualidade e subjetividade na construção do treino. Tanto nos princípios de organização quanto na metodologia de realização, contudo, o esforço físico permaneceu central nos processos de treinamento. A Educação Física escolar também ganhou grande relevância no debate acadêmico da área desde então.

Os conhecimentos nas subáreas Pedagógica e Sociocultural também ganharam visibilidade, embora ainda sejam minoritários em comparação com a produção da subárea Biodinâmica. Desse modo, é possível constatar, nos dias de hoje, que as questões de gênero, relações étnico-raciais e identidade dos sujeitos já são consideradas na formação do professorado, no planejamento e no desenvolvimento do treinamento esportivo. Percebe-se que o léxico que identifica, descreve e compreende os fenômenos estudados pela Educação Física brasileira tem mudado significativamente.

Tanto a área de Educação Física quanto a prática da Educação Física escolar estão diversificadas, seja pelos enfoques teóricos que utilizam, seja pelas metodologias de produzir conhecimento, de pensar, ensinar e aprender seus conteúdos. Independente da visão de Educação Física da época, como o currículo vem sendo organizado pelo professorado ao longo do tempo, da mesma forma o que representavam os livros e seus autores, anunciavam algo novo no ensino sistematizado do treinamento esportivo e na formação inicial de professores de Educação Física no país, em especial no Rio Grande do Sul, na então ESEF da UFRGS, à época a única escola de Formação de Professores no estado.

Na sua época, aos olhos de hoje, o livro representou um grande esforço do trabalho docente daqueles que estavam comprometidos com a formação dos estudantes. Uma ação e um objeto importantes na memória da formação inicial em Educação Física.

Por fim, referenciar currículos e um livro em uma época de realidades virtuais e de comunicação eletrônica - curta, concisa e rápida – pode contribuir para a formação inicial e para pós-graduação em Educação Física, seja recuperando a memória da área de conhecimento, seja identificando fases do currículo na história das disciplinas. Nesse âmbito, [Manoel \(2020\)](#) sublinha que a imersão na cultura do livro ajuda o estudante a construir e configurar seus juízos de valor e pensamento crítico sobre processos e eventos, sobre o mundo e seu contexto de influência na Educação Física. Acrescentamos que os livros nos ajudam

a pensar a organização do currículo de formação inicial e suas normativas.

Os livros, no contexto de desigualdades que permeiam as vozes da Educação Física, seguem competindo com uma infinidade de artigos científicos (nacionais e internacionais) que dão visibilidade à produção de conhecimento nessa área. Estes são estimulados pelos órgãos de controle da qualidade da Educação Física, tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação *stricto sensu*. Preferem o olhar de uma minoria de pesquisadores e pesquisadoras estrangeiros influentes do que a maioria dos brasileiros e brasileiras questionadores e ávidos por saber.

## FINANCIAMENTO

O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

## CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

## REFERÊNCIAS

- Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos - AEEFD. Boletim da AEEFD. Porto Alegre: AEEFD; 1973.
- Benites LC, De Souza S No, Hunger D. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. *Educ Pesqui*. 2008;34(2):343-60. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022008000200009>.
- Benites LC, Souza S No. As Novas Diretrizes Curriculares e a Formação do Professor de Educação Física. *Educ Teor e Prat*. 2003;11(20):51-4.
- Brasil. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União; 1968.
- Brasil. Decreto 69.450 de 1º de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Decreto 69450/71 | Decreto no 69.450, de 1 de novembro de 1971 [Internet]. 1971b [citado 2023 Jan 10]. Disponível em: [jusbrasil.com.br](http://jusbrasil.com.br)
- Brasil. Lei 6.251 de 09 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Base Legislação da Presidência da República - Lei nº 6.251 de 08 de outubro de 1975 [Internet]. 1975 [citado 2023 Jan 10]. Disponível em: [presidencia.gov.br](http://presidencia.gov.br)
- Brasil. Lei de 11 de agosto de 1971 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União; 1971a

- Brasil. Lei de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União; 1996.
- Brasil. Resolução nº 03 de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília: Diário Oficial da União; 1987.
- Brasil. Resolução nº 09, de 10 de outubro de 1969. Fixa a formação pedagógica em 1/8 das horas obrigatórias de trabalho de cada licenciatura voltada para o ensino de 2º grau. Brasília: Diário Oficial da União; 1969b
- Brasil. Resolução nº 69, de 1969. Fixa o currículo mínimo, a duração e a estrutura dos cursos superiores de graduação em Educação Física. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação; 1969a.
- Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE. Diretrizes Curriculares Nacionais Da Educação Física: em defesa pela formação unificada no Brasil". Ata da Assembleia Geral Extraordinária, 26 de julho de 2023. Uberlândia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esportes; 2023.
- Cooper KH. Aptidão Física em qualquer idade (exercícios aeróbicos). 5. ed. Rio de Janeiro: Fórum Editora; 1972.
- Costa LP. Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional do Material Escolar; 1971.
- Hegedus J. Teoría general y especial del entrenamiento deportivo. Buenos Aires: Editorial Stadium; 1972.
- Lucena BUM. Treinamento Desportivo. Porto Alegre: Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 1974. Resumo das Aulas.
- Manoel EJ. A cultura do livro e a pós-graduação em educação física. Movimento (Porto Alegre). 2020;26:e26026. <http://doi.org/10.22456/1982-8918.99638>.
- Molina RMK. O enfoque teórico-metodológico qualitativo e o estudo de caso: uma reflexão introdutória. In: Molina V No, Triviños ANS. A pesquisa qualitativa na Educação Física. Alternativas Metodológicas. 2. ed. Sulina: Editora da UFRGS; 2004. p. 95-106.
- Molina V No, Diehl VRO, Silva LO, Bins GN. Um Livro: compromisso com a formação docente. Uberlândia: CBCE; 2023 [citado 2023 Dez 4]. Disponível em: [cbce.org.br](http://cbce.org.br)
- Morin E. El método: El conocimiento del conocimiento. Madrid: Ediciones Catedra; 1994
- Rocha M, Araujo CGS, Gomes PS, Flegner A. Fisiologia do exercício. In: Costa LP. Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape; 2005. p. 657-659.
- Rodrigues N. A pátria em chuteiras. São Paulo: Cia. das Letras; 1994.
- Sacristán JG, Perez Gómez AI. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: Artmed; 2000.
- Stake R. Case studies. In: Denzin NK, Lincoln YS. Handbook of qualitative research. London: Sage; 1994. p. 15-25.
- Taffarel CZ. Formação de professores de educação física: diretrizes para a formação unificada. Kinesis. 2012;30(1):95-133. <http://doi.org/10.5902/010283085726>.
- Triviños ANS. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas; 1987.
- Yin R. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.



**ANEXO 1. CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFRGS, NOS ANOS INICIAIS DA DÉCADA DE 1970 – HISTÓRICO ESCOLAR. FONTE: ACERVO PESSOAL DE UM DOS AUTORES (AS).**

SERVÍCIO PÚBLICO FEDERAL DEPTO. DE CONTROLE E REGISTRO DISCENTE HISTÓRICO ESCOLAR

1. IDENTIFICAÇÃO ACADÊMICA  
 NOME: \_\_\_\_\_ MATRÍCULA: \_\_\_\_\_  
 CURSO: EDUCAÇÃO FÍSICA

2. OBSERVAÇÕES – INGRESSO  
 Ingressou nesta Universidade através do Concurso Vestibular de 1972.

3. DISCIPLINAS CURSADAS

ANO E SEM.	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CONCEITO	C/H.	CRÉD.
1972/2	PRE101	Introdução ao Estudo do Homem	B	06	06
	PRE102	Est. de Problemas Brasileiros I	B	04	04
	PRE103	Introdução à Metodologia Cient.	C	04	04
	PRE104	Língua Portuguesa	B	03	03
	PRE105	Introdução ao Pensamento Matem.	C	05	05
1973/1	BIO324	Biologia	B	02	02
	BIO507	Anatomia	B	02	02
	EFI132	Natação I	C	03	03
	EFI133	Futebol I-Masculino	B	04	04
	EFI134	Voleibol I	C	04	04
	EFI135	Basquetebol I	C	03	03
	EFI201	Ginástica I	B	04	04
1973/2	BIO507	Anatomia	C	06	06
	EDU102	Psicopedagogia do Des.Indiv.	B	03	03
	EFI114	Futebol II-Masculino	C	03	03
	EFI120	Voleibol II	C	03	03
	EFI136	Atletismo I	C	04	04
	EFI202	Ginástica II	B	04	04
1974/1	BIO316	Fisiologia	B	06	06
	EDU105	Psicologia do Ensino	B	03	03
	EDU329	Estrut. e Func. do Ens. de I e II Gr.	C	04	04
	EFI106	Natação II	C	02	02
	EFI107	Natação III	B	02	02
	EFI110	Atletismo II	C	04	04
	EFI130	Futebol de Salão I-Masculino	B	02	02
	EFI138	Remo I-Masculino	B	02	02
	EFI203	Ginástica III	B	04	04
1974/2	EDU201	Didática I	C	04	04
	EFI108	Natação IV	C	03	03
	EFI111	Atletismo III	C	02	02
	EFI125	Tenis I	B	02	02
	EFI126	Esgima I	B	02	02
	EFI131	Handebol I	B	02	02
	EFI204	Ginástica IV	B	04	04
	EFI214	Recreação I	B	02	02
	MED303	Socorros	C	02	02
	MED508	Higiene	B	02	02
1975/1	BIO321	Biometria	B	02	02
	BIO325	Cinesiologia	B	04	04
	EDU202	Didática II	A	02	02
	EDU204	Seminário Integrado de Educação	B	02	02
	EDU232	Prática de Ens. em Educ. Física	A	06	06

CONTINUAÇÃO DO HISTÓRICO ESCOLAR DO(A) SR.(A)

ANO E SEM.	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CONCEITO	C/H.	CRÉD.
1975/1	EFI124	Judo I-Masculino	C	02	02
	EFI125	Recreação II	B	03	03
	EFI223	Evol. e Func. da Ed. Física e Desp.	C	02	02
	EFI224	Ritmica I-Masculino	B	04	04
	HUM414	Est. de Problemas Brasileiros II	B	02	02

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
 DIVISÃO CONSULAR  
 Porto Alegre, 02 de JUL 1992  
 Pedro Frederico de Figueiredo Garza  
 Assessor de Chancelaria da Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores

LEGALIZACIONES  
 = 2 OCT. 1992  
 Visto bueno para legalizar la firma que antecede por ser, al parecer autentica. P. El Subsecretario.

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
 DIVISÃO CONSULAR  
 Porto Alegre, 02 de JUL 1992  
 Pedro Frederico de Figueiredo Garza  
 Assessor de Chancelaria da Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores

CONCEITO DE APROVAÇÃO: A  
 Concluiu o curso de EDUCAÇÃO FÍSICA no 9 Período letivo de 1975 tendo colado grau na data de 02 de agosto de 1979.

6. ESCALA DE CONCEITOS  
 Serão considerados aprovados os alunos com conceito igual ou superior a "C".  
 A – Excelente H – Habilitado  
 B – Médio Superior L – Dispensado  
 C – Médio K – Cancelado  
 D – Médio Inferior T – Trancamento  
 E – Insuficiente J – Disp. s/ Créditos

RECONHECIMENTO DE FIRMA  
 PORTO ALEGRE 20 de abril 1979.  
 MERCEDIS I. CARLOS MONTEIRO